

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 17 de abril de 2023 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

<b>TRF-1 nega estender validade de patentes de remédios contra diabetes tipo 2 .....</b>	<b>3</b>
--	----------

CONSULTOR JURÍDICO

## Defesa - Agência de Notícias | BR

Propriedade Intelectual

<b>Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023 - Defesa .....</b>	<b>4</b>
---	----------

## Jornal do Comércio RS - Online | RS

Pirataria | Biopirataria

<b>Uma nova consciência sobre o valor da biodiversidade .....</b>	<b>5</b>
---	----------

## TRF-1 nega estender validade de patentes de remédios contra diabetes tipo 2

Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou, nesta quarta-feira (12/4), a extensão da validade das patentes dos medicamentos Ozempic e Rybelsus, vendidos pela farmacêutica Novo Nordisk e usados para tratar diabetes tipo...

Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou, nesta quarta-feira (12/4), a extensão da validade das patentes dos medicamentos Ozempic e Rybelsus, vendidos pela farmacêutica Novo Nordisk e usados para tratar diabetes tipo dois.

Com a decisão, outros laboratórios poderão produzir o Ozempic a partir de 2024 e o Rybelsus a partir de 2026. Na ação, a Novo Nordisk alegava demora injustificada e desproporcional do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) na tramitação dos processos administrativos que concederam as patentes. Por isso, a farmacêutica pedia o ajuste dos prazos de suas validades, com pelo menos mais 12 anos ao Ozempic e mais sete anos ao Rybelsus. A extensão foi negada em primeira instância. Acórdão

No TRF-1, a desembargadora Daniele Maranhão, relatora do caso, lembrou que, em 2021, o STF anulou a extensão automática do prazo de patentes em casos de demora excessiva no trâmite de aprovação. Mais tarde, a Corte Constitucional modulou os efeitos da decisão para manter a validade das patentes já deferidas e ainda vigentes, mas definiu que

isso não se aplica a prazos extras concedidos em patentes de medicamentos e equipamentos de saúde. Na visão de Daniele, aceitar o pedido da Novo Nordisk "seria, por via transversa, concretizar indevida modulação da decisão do STF, usurpando a competência da corte" - ou seja, afrontaria diretamente a decisão que efetivamente promoveu a modulação. Para a magistrada, também não houve demora injustificada e desproporcional do INPI. A autarquia trouxe diversas justificativas para o atraso na tramitação e reconheceu a existência de um problema estrutural interno devido à "carência de recursos humanos", ao "acúmulo crônico de pedidos" e ao "incremento da complexidade das tecnologias envolvidas". Repercussão

"A ampliação do prazo fere a Constituição. Afinal, na prática, isso permitiria a manutenção dos preços elevados dos medicamentos, deixando-os fora do alcance de grande parte da população por um período muito maior do que o previsto na lei", aponta André Silveira, sócio do escritório Sergio Bermudes, representante do laboratório EMS, que participou do processo. Daniela Rosa, sócia do escritório Rosa e Dias Guerra e advogada da EMS, entende que o TRF-1 "prestigiou a garantia fundamental à saúde". Já Juliana Dias Guerra, sócia da mesma banca, considera que "venceram a indústria brasileira e a sociedade como um todo, uma vez que foi privilegiado o acesso à saúde". Processo 1086937-78.2021.4.01. 3400

## Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023 - Defesa

## Uma nova consciência sobre o valor da biodiversidade

Malu Nunes

Em meio à correria e a outros acontecimentos do final do ano, um fato de grande relevância para o nosso futuro, que pode ser referência para políticas públicas dos novos governos estaduais e federal que tomaram posse no Brasil, talvez tenha recebido menos atenção do que deveria. Na semana do Natal, no encerramento da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre **Diversidade** Biológica (COP 15), no Canadá, foi assinado o novo Marco Global da Biodiversidade, que traz 23 metas para interromper a perda de espécies no planeta até 2030.

O acordo histórico surge para fazer frente a um cenário desafiador. Segundo estudo de pesquisadores da Universidade da Califórnia, coordenado pelo biólogo Anthony Barnosky, se a humanidade mantiver o atual ritmo de exploração dos recursos naturais, entre 30% e 50% das espécies poderão desaparecer até meados do século 21. No oceano, por exemplo, estima-se que mais de 90% dos estoques de peixes e grandes mamíferos já foram esgotados.

A perda da biodiversidade significa muito mais que a extinção de plantas e animais. Não que isso já não seja motivo para rever nossas prioridades como sociedade, mas os riscos para a vida humana no curto prazo também tornam-se mais evidentes. Serviços ecossistêmicos como a polinização de culturas agrícolas, a água potável, o ar que respiramos, a proteção contra inundações, o solo produtivo e toda a regulação do clima estão envolvidos nessa equação.

Um dos destaques do acordo firmado no Canadá é a meta de preservar até 30% de áreas terrestres e regiões costeiras e marinhas até o final da década. Atualmente, a proteção alcança 17% do ambiente terrestre e apenas 8% da área marinha global. Outro grande acerto da COP 15 é o reconhecimento de que os povos indígenas e tradicionais são guardiões da

biodiversidade e também precisam ser mais respeitados e valorizados.

O novo marco global reconhece ainda que não basta proteger somente áreas naturais bem conservadas. A meta é recuperar até 30% dos ecossistemas que estão degradados -- tanto terrestres quanto marinhos. Até 2030, essas áreas devem estar restauradas ou com restauração em andamento. Estima-se que, a partir dessa meta, até 1 bilhão de hectares no mundo todo sejam restaurados.

Esse objetivo estratégico pode nos encorajar, inclusive, a direcionar mais investimentos para Soluções Baseadas na Natureza para enfrentar grandes desafios urbanos relacionados também às mudanças climáticas. Sistemas agroflorestais, pagamentos por serviços ecossistêmicos e outras inovações podem fortalecer modelos econômicos que conservem e recuperem nossos recursos naturais.

Contudo, ampliar as áreas protegidas não é o suficiente se continuarmos a estimular atividades danosas para a biodiversidade, que em geral ocorrem fora das áreas protegidas. Estudo publicado em 2022 pela ONG B Team, que reúne líderes empresariais e fundações internacionais, calculou em US\$ 1,8 trilhão os subsídios globais a atividades econômicas que contribuem para a degradação de ecossistemas e destruição de espécies, envolvendo principalmente agricultura, pesca, combustíveis fósseis, extrativismo e exploração da água.

Estamos diante de uma oportunidade de redirecionar incentivos para fortalecer setores econômicos que têm impacto positivo para a biodiversidade. Com pesquisa, inovação, soluções integradas, cocriações e desenvolvimento de novos negócios será possível gerar oportunidades de trabalho e renda estimulando uma economia regenerativa. Essa pode ser uma incrível vantagem competitiva do Brasil, país com a

Continuação: Uma nova consciência sobre o valor da biodiversidade

mais rica biodiversidade do planeta.

O novo Marco Global da Biodiversidade também incentiva empresas de grande porte e instituições financeiras a avaliar, monitorar e relatar os riscos, dependências e impactos ambientais relacionados com a perda da biodiversidade. O acordo deve encorajar o setor privado a mapear melhor sua relação com a natureza e seus serviços ecossistêmicos necessários para manter suas operações, como o uso da água e outros recursos naturais que são essenciais para suas atividades, ampliando assim a relação de responsabilidade das empresas com o planeta.

Uma nova consciência empresarial é fundamental para fazer frente ao principal desafio do novo marco global: o financiamento. Apesar da importância de novos fundos internacionais para apoiar governos de

países em desenvolvimento - outra conquista anunciada no Canadá -, sem o engajamento das empresas e do setor financeiro não será possível mudar o sentido desta história de degradação. Afinal, as empresas devem assumir que a natureza é a base para uma economia forte, capaz de gerar desenvolvimento com segurança e qualidade de vida.

Os biomas, florestas, nascentes, oceano, fauna e flora dependem desta nova consciência. O tempo está passando, mas ainda é tempo de colocar a biodiversidade no patamar de importância que ela tem para o nosso país e para toda a humanidade.

Diretora executiva da Fundação Grupo Boticário e membro da Rede de Especialistas em Conservação Natureza

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3

**Propriedade Intelectual**  
4

**Direitos Autorais**  
4

**Pirataria | Biopirataria**  
5